

Prefácio

Anna Maria Padilha

Como citar: PADILHA, A. M. Apresentação. *In:* MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. A. S.; MISQUIATTI, A. R. N. (org.) **Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 7-10. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-392-2.p7-10>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Os discursos circulantes sobre Inclusão Escolar, na sua maioria, não têm dado conta do processo formativo como processo histórico de construção da cultura humana. O esvaziamento do saber elaborado, fruto do pensamento pós-moderno, tem colocado em risco o aprofundamento das discussões sobre o cotidiano da escola. Faz-se necessário suscitar reflexões que ultrapassem a noção simplificada de cotidianidade para que se possa pensar a educação na vida e na escola sob o olhar do conceito de *práxis*, que exige de nós *explicitação* de nossas ações, *desnaturalização* dos fatos e sentimentos cotidianos, *superação* dos pré-juízos ou juízos provisórios (preconceitos) e *apropriação* da realidade, impondo-se a ela, como ensina Agnes Heller. Tais premissas colocam-nos diante da necessidade de converter a formação de professores em reais exercícios de análise do cotidiano, para que aconteça, efetivamente, a superação dele, sem desconsiderá-lo. Tratemos, pois, da *inclusão do professor* que, participando e se apropriando do conhecimento que vem sendo acumulado pela humanidade, constrói respostas concretas às suas necessidades como parte do gênero humano.

O caminho da autonomia desse profissional frente ao cotidiano faz emergirem novas exigências teórico-metodológicas. A luta pelo direito de todos à educação é também a luta pela apropriação de conhecimentos por parte dos professores, uma vez que o acesso dos deficientes à escola e ao trabalho é condição necessária, porém insuficiente, para a sua inserção sociocultural, como o é para qualquer criança, adolescente ou adulto.

A educação não pode e não deve ser encerrada no terreno estrito da Psicologia ou da Pedagogia, da Sociologia ou da Política, da Antropologia ou das Ciências da Saúde – exige que os estudos e as práticas levem em conta várias áreas do conhecimento.

Fundamentalmente, duas questões devem ser abordadas para a compreensão do que estou chamando de inserção sociocultural. A primeira trata do conceito mesmo de pertencimento social e cultural das pessoas. A segunda, das contradições, dos limites sociais impostos e das possibilidades de vencer barreiras como tarefa, também, da educação e, nela, das práticas pedagógicas.

Assumindo que o homem passa do estado de natureza para o estado de cultura pela atividade simbólica, as funções humanas, denominadas por Vygotsky de funções superiores, são constituídas nas relações entre pessoas, ou seja, nas relações interpessoais. Nessas relações é que acontecem as possibilidades de cada pessoa beneficiar-se da experiência cultural da espécie humana. A própria incapacidade de viver por conta própria ao nascer é condição natural da passagem do estado de natureza ao estado de cultura. Inserido no meio humano, adquire-se a condição humana, portanto, cultural. O processo não é de humanização apenas, mas de *hominização* – transformação do biológico do homem em cultural, de acordo com a perspectiva histórico-cultural, cuja matriz marxista leva-me a citar o próprio Marx: “[...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo [o homem] modifica a sua própria natureza”. *Hominizar-se* é fazer-se homem nas relações concretas de vida social, mediadas pela linguagem, o que só é possível com outros homens, ou seja, a essência do processo de desenvolvimento cultural consiste exatamente na apropriação e no domínio do social.

Inserção cultural pode ser compreendida, dessa perspectiva, como imersão, pertencimento, participação, apropriação dos significados humanos construídos no tempo e no espaço.

Nascemos candidatos à *hominização*, o que só acontecerá com a mediação dos outros seres humanos, em concretas condições de relações sociais. A presença e atuação do outro não se dá em uma só direção: boa ou ruim; falsa ou verdadeira; harmônica ou não, mas de forma contraditória e conflituosa.

O processo educacional, em suas mais variadas formas de organização, encarrega-se de mediar o processo individual de apropriação do que é cultural. Em outras palavras, as práticas educativas exercem o papel fundamental de inserir cada ser humano no mundo simbólico ou cultural. Vale aqui lembrar que para o filósofo e historiador da educação, Dermeval Saviani, a educação é processo cultural e histórico, cujo destino e função são produzir direta e intencionalmente, em cada uma das pessoas, aquilo que é produzido coletivamente pela humanidade, na história, o que supõe identificar os elementos da cultura que precisam ser assimilados, apropriados, encarnados pelos indivíduos da espécie humana para que esses indivíduos se *hominizem*. É função da educação escolher os meios adequados para que a apropriação da cultura aconteça em cada tempo, em cada espaço, em cada ser humano.

Um dos limites impostos que se configura como barreira para a inserção sociocultural dos deficientes – limite e barreira que também se impõem a todos os que, de alguma forma, ainda não fazem parte do grupo daqueles que se beneficiam dos bens materiais e culturais da sociedade onde vivem – é assumido, aqui, pela expansão da lógica do capital que legitima os valores e interesses dos que dominam. Tais valores e interesses são internalizados, apropriados, encarnados como naturais, como condição já definida e como ponto de chegada, atrasando ou fazendo caminhar muito lentamente o processo de inserção sociocultural de uma parcela significativa de nossa população.

Parafraseando Marx, Vygotsky afirma, em *Fundamentos de Defectologia*, que nossa existência social determina nossa consciência. E mais, é propositivo quando afirma que a educação de qualquer pessoa, deficiente ou não, precisa ter metas e objetivos iguais – o que chamamos de *visão prospectiva* da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano e vale para todos os que estão apartados pela violência da chamada exclusão social.

Nossa tarefa, como profissionais engajados na educação e suas especificidades e na educação como atividade humana emancipatória, envolve mudanças qualitativas e quantitativas das condições e estratégias de superação dessas barreiras. Em um de seus poemas, Bertold Brecht convoca-nos nessa direção: “O mundo olha para vocês com um resto de esperança. É tempo de não mais se contentarem com essas gotas no oceano”.

O conceito de inserção sociocultural dos deficientes não pode ser banalizado nem simplificado porque se corre o risco de banalizarmos e simplificarmos necessidades fundamentais do ser humano, em cada época e em determinados espaços, sob determinadas condições.

É urgente um olhar radicalmente voltado para ver o deficiente como alguém que vai se apropriando da cultura, em tempos e espaços próprios, e não apenas somando hábitos. Que é preciso e é possível valorizar e priorizar atividades e práticas educativas que mobilizem o simbólico; que os limites de cada um são desconhecidos e um dos maiores limites é o nosso – o que desconhecemos do outro, nosso aluno, nosso educando. Há possibilidades ilimitadas que ainda se constituem mistério para nós. Participar das atividades socioculturais reorienta muitas das funções neurológicas por caminhos diversos. É preciso conhecer e atentar para eles. Olhar e ver, ver e reparar – como nos ensina poeticamente Saramago.

Esse livro traz contribuições importantes para pensarmos o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que passou a ser oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais aos alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento, porque os autores abordam tanto as políticas quanto concepções teóricas, desafiando os leitores a um mergulho crítico em relação ao atendimento que temos e o que queremos, bem como em relação à escola que temos e à que desejamos.

Anna Maria Padilha

Julho/2012